4 — O ESTADO DE S. PAULO -PoSítiea—

SEXTA-FEIRA — 5 DE FEVEREIRO DE 1988

uinte entra em crise de no

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Ulysses Guimarães suspendeu a
sessão da Constituinte, ontem, às
19h35, depois de votadas por acordo
as questões referentes à liberdade
de expressão, fim da censura e direi-
to penal, para evitar um confronto
sério com o início da votação do
Parágrafo 38, sobre a indenização
da propriedade. A votação foi trans-
ferida para hoje, mas o Centrão já
avisou que não dará quórum, o que
impedirá o encaminhamento da
questão.
Este teria sido o segundo gran-
de confronto, desde o início da vota-
ção em plenário do projeto de Cons-
tituição, fora do acordo de lideran-
ças. Na opinião do deputado Boni-
fácio de Andrada (PDS-MG), se não
fosse aprovada a emenda do Cen-
trão ou a da Sistematização, have-
ria novo "buraco-negro", e o relator
deveria apresentar outra proposta.
O senador Mário Covas (PMDB-SP)
avisou que, pelo regimento, se ne-
nhuma das versões fosse aprovada,
o assunto "cairia da Constituição".
Bonifácio ameaçou convocar o Cen-
trão para mudar o regimento outra
vez, segunda-feira — e, diante do
impasse e da ameaça, Ulysses sus-
pendeu a sessão.
DENÚNCIA

Poucos minutos após o encerra-
mento da sessão, os deputados Per-
cival Muniz (PMDB-MT) e Paulo
Delgado (PT-MG) denunciaram um
acordo prévio entre Ulysses Guima-
rães e as lideranças do Centrão, pa-
ra votar os parágrafos sobre o tema
apenas na semana que vem.
Os deputados apresentaram do-
cumento distribuído ontem pelos lí-
deres do Centrão aos integrantes do
grupo, que orienta sua presença no
plenário para votação das matérias.
Na página 5 está escrito: "Atenção,
prezados colegas, os parágrafos 39
do Centrão e 38 do Projeto dizem
respeito ao direito de propriedade.
Será votado na próxima semana. É
imprescindível a presença de todos
para garantirmos o direito de pro-
priedade na Constituição".
Ainda no documento, a lideran-
ça do Centrão afirma que o texto do
Projeto de Sistematização "enfra-
quece o direito de propriedade por-
que o submete a vários conceitos
restritivos. Também esse texto, no
caso de desapropriação, admite a
regra geral do pagamento em títu-
los, o que é um risco grave para a
propriedade em geral".
O deputado Ricardo Fiúza
(PFL-PE), um dos coordenadores do
grupo, garantiu, porém, que essas
instruções foram expedidas na se-
mana passada, porque havia a con-
vicção de que o painel eletrônico
não seria consertado em menos de
cinco dias. O líder governista Carlos
SanfAnna admitiu também que di-
ficilmente a questão será apreciada
ainda hoje, mesmo porque os inte-
grantes do Centrão foram liberados
da presença em Brasília. Mas Ricar-
do Fiúza disse que não se deve "ex-
cluir totalmente" a possibilidade de
uma decisão hoje, apesar de reco-
nhecer a necessidade de negocia-
ções em torno do Parágrafo 38.

DIVERGÊNCIAS

Na verdade, a dificuldade para
a votação da matéria foi a falta de
entendimento quanto à forma de
pagamento das indenizações em ca-
so de desapropriação. O Centrão
pretende que ela seja "prévia e em
dinheiro", enquanto o anteprojeto
da Sistematização dispõe apenas
que a indenização será "justa e
prévia".
A liderança do PMDB apresen-
tou requerimento para votação em
separado do parágrafo, que somen-
te seria apreciado no caso de a
emenda do Centrão não alcançar o
quórum de 280 votos.
DECORO NO PLENÁRIO

Os deputados Rui Nedel
(PMDB), Beth Azize (PSB) e Ade-
mar de Barros (PDT) interpelaram
ontem a Mesa da Constituinte pela
ausência de medidas contra o tam-
bém constituinte Jaime Paliarim
(PTB-SP) que na véspera exibiu um
penico na tribuna com a inscrição
do nome da CUT, numa "demons-
tração de falta de decoro explícita",
segundo Nedel.
Pela palavra dos deputados Jor-
ge Arbage e do senador Mauro Be-
nevides, a Mesa anunciou que toma-
ria as providências que o caso re-
quer. Arbage, no entanto, mesmo
sem ser interpelado publicamente
por qualquer constituinte, admitiu
ontem que não pretende, no exercí-
cio de sua função de corregedor, im-
pedir que constituintes entrem ar-
mados no plenário. Na véspera, o
deputado Roberto Jefferson (PTB-
RJ), portava de maneira ostensiva
uma arma de fogo de grosso calibre,
sendo fotografado com ela à cintu-

ra, quando discursava. CORREÇÃO

O deputado Paes Landim (PFL-
PI) solicitou, ontem, retificar a in-
formação de que ele votará contra-
riamente à emenda de autoria dos
deputados Carlos Alberto Caó, do
PDT, e Benedita Silva, do PT, am-
bos do Rio, considerando a prática
do racismo crime inafiançável e im-
prescritível, sujeito a pena de reclu-
são nos termos da lei. O deputado
foi favorável à emenda.

CURSO DE

EXPRESSÃO
VERBAL

'inddo^Polão
A EMPRESÁRIOS, EXECUTIVOS
E PROFISSIONAIS LIBERAIS,
Reserve sua vaga pelo telefone para assistir
a uma aula de apresentação gratuita e veja como:
• Perder a inibição para
falar

• Dirigir ou participar de
reuniões

• Falar de improviso
• Attvar o relactonamento
• Ampliar o vocabulário
• Disciplinar a exposição

• Melhorar a voz e a dicção
• Eviiar o branco na
comunicação
• Melhorar a gesticulação
• Corrigir a postura
• Preparar palestras
• Aprimorar a
apresentação geral.
Curso em 14 semanas com 1 aula por semana

Informações:
(011) 578-3011 • 272-6927 • 581 -6574
Av. Irai, 2226 - Cep 04082 - SP

Alencar Monteiro

Sindicalistas reúnem-se com os constituintes para debater estabilidade. Sem acordo.

Garantida liberdade de expressão com a fusão de várias emendas
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A liberdade de expressão da ati-
vidade intelectual, artística, cienti-
fica e de comunicação foi assegura-
da ontem pelos constituintes, com a
aprovação de uma fusão de emen-
das dos deputados José Genoíno
(PT-SP), Arthur da Távola (PMDB-
R J), Márcio Braga (PMDB-R J) e Aé-
cio Borba (PDS-CE), que recebeu
470 dos 486 votos do plenário, o
maior quórum favorável do dia.
Além de ficarem livres da cen-
sura, os autores terão direito de fis-
calização sobre o aproveitamento
económico das obras que criarem
ou de que participarem, direito au-
toral nas participações individuais
em obras coletivas e na reprodução
da imagem e voz humana, inclusive
nas atividades esportivas. Aos auto-
res pertence ainda, de acordo com o
texto aprovado, o direito exclusivo
de utilização, publicação ou repro-
dução de suas obras, transmissíveis
aos herdeiros pelo tempo que a lei
fixar.

Arthur da Távola (Paulo Alber-
to Monteiro de Barros) explicou que
a fusão de emendas foi feita depois
de amplo acordo entre as diversas
lideranças, que estudaram o assun-
to com representantes de sindicatos
e associações do setor. "Vamos con-
sagrar hoje o direito à liberdade de
expressão, motivo de tantas lutas e
embates no passado", anunciou o
deputado.
Outra inovação destacada por
Arthur da Távola, único orador a
encaminhar a votação, foi a que as-
segura proteção às participações in-
dividuais em obras coletivas. O pon-
to mais polémico, que permite a fis-
calização do aproveitamento econó-
mico das obras, foi introduzido no
texto por emenda de José Genoíno.
O texto do Centrão anteriormente
aprovado não restringia a censura
nem assegurava participação eco-
nómica nas obras.

As votações da tarde de ontem
foram todas por acordo, o que acele-
rou bastante o ritmo dos trabalhos.

PRISÃO: O QUE MUDA

A votação começou pelo Pará-
grafo 24 do Artigo 6o

. Por 424 votos

contra quatro e três abstenções, foi
aprovado o seguinte texto:

"Parágrafo 24: Ninguém será
preso senão em flagrante delito, ou
por ordem escrita e fundamentada
de autoridade judiciária competen-
te. A prisão de qualquer pessoa e o
local onde se encontre serão comu-
nicados imediatamente ao juiz com-

petente e à família do preso ou pes-
soa por ele indicada. O preso será
informado de seus direitos, entre os
quais o de permanecer calado, asse-
gurada a assistência da família e de
advogado. A prisão ilegal será ime-
diatamente relaxada pela autorida-
de judiciária."

Seguiu-se a aprovação (sem ne-
nhuma emenda ou pedido de desta-
que para votação de qualquer outro
texto) do Parágrafo 25 do Artigo 6",
com a seguinte redação:
"Parágrafo 25: Ninguém será le-
vado à prisão ou nela mantido.
quando a lei admitir a liberdade
provisória, com ou sem fiança."
O Paragrafo 26 também foi ob-
jeto de acordo. Permaneceu o texto
proposto pela Comissão de Siste-
matização, que diz o seguinte:
Parágrafo 26: "É assegurado
aos presos o respeito à sua integri-
dade física e moral; às presidiárias
serão asseguradas condições para
que possam permanecer com seus
filhos durante o período de ama-
mentação. Â pena será cumprida
em estabelecimentos distintos de
acordo com a natureza do delito,
sua gravidade, as condições em que
foi praticado, a idade e os antece-
dentes criminais do apenado."
Votaram a favor deste texto 160
constituintes. Houve dois votos

contrários e duas abstenções.
Uma tentativa do constituinte

Ricardo Izar (PFL-SP), de incluir no
Parágrafo, 26 a garantia, ao presi-
diário, de trabalho condigno e re-

Direito à informação
E a seguinte a íntegra dos dispositivos on-
tem aprovados pelo plenário da Assembleia
Nacional Constituinte: Parágrafo 33 — Todos
têm direito a informações de interesse particu-
lar, coletivo ou geral, ressalvadas aquelas cujo
sigilo seja imprescindível à segurança da socie-
dade e do Estado. As informações requeridas
serão prestadas no prazo da lei, sob pena da
responsabilidade.
Parágrafo 34 — É a todos assegurado o
direito de petição aos poderes públicos em defe-
sa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de
poder, bem como a obtenção de certidões junto
a repartições públicas, para defesa de direitos e
esclarecimento de situações de interesse pessoal,
independentemente de pagamento de taxas.
Parágrafo 35 — Nenhum brasileiro será
extraditado, salvo o naturalizado, em caso de
crime comum praticado antes da naturalização
ou de comprovado envolvimento em tráfico
internacional ilícito de drogas entorpecentes, na
forma da lei.
Parágrafo 36 — Não será concedida extra-
dição de estrangeiros por crime político ou de
opinião.
Parágrafo 37 — Conceder-se-á asilo polí-
tico.
Todos esses dispositivos foram aprovados
mediante acordo entre o Centrão e as demais

lideranças partidárias.

munerado foi derrotada por 304 vo-
tos contra 187 e seis abstenções. Em
seguida, o plenário manteve o texto
do Centrão, aprovado anteriormen-
te, para o Parágrafo 27:

"O Estado indenizará o conde-
nado por erro judiciário, assim co-
mo o sentenciado que ficar preso
além do tempo indicado na sen-
tença."

Com 466 votos a favor, dez con-
tra e oito abstenções, os constituin-
tes aprovaram a fusão de duas
emendas apresentadas pelo sena-
dor Aluísio Bezerra (PMDB-AC) e
Afif Domingos (PL-SP), para o Pa-
rágrafo 28. A redação ficou sendo a
seguinte:

"Parágrafo 28: Não haverá pri-
são civil por dívida, salvo a do res-
ponsável pelo inadimplemento vo-
luntário e inescusável de obrigação
alimentícia e a do depositário in-
fiel".

Por proposta do constituinte
Roberto Augusto Lopes (PTB-RJ),
foi mantido texto da Comissão de
Sistematização para o Parágrafo 29,
que havia causado muitas divergên-
cias entre os diversos grupos de
constituintes. Houve 481 votos a fa-
vor, cinco contra e quatro absten-
ções. A redação mantida é a se-
guinte:

"Parágrafo 29: O preso tem di-
reito à identificação dos responsá-
veis por sua prisão ou interrogatório
policial".

Por não haver nenhuma propos-
ta em contrário, foi mantido o texto
da Comissão de Sistematização pa-
ra o Parágrafo 30, com a seguinte
redação:

"Ninguém será privado de qual-
quer dos seus direitos por motivo de
crença religiosa ou de convicção fi-
losófica ou política, salvo se as invo-
car para eximir-se de obrigação le-
gal a todos imposta e recusar-se a
cumprir prestação alternativa fixa-
da em lei".

INVENTOS

Os autores de inventos indus-
triais terão privilégio temporário
para a sua utilização, bem como
proteção às criações industriais,
propriedade de marcas, patentes e
nomes de empresas, ressalvados o
interesse social do País e o seu de-
senvolvimento tecnológico e econó-
mico. Os constituintes derrubaram
emenda do Centrão, restabelecendo
a da Sistematização, que assegura
ao mercado brasileiro participação
na pesquisa tecnológica para o de-
senvolvimento de novos produtos e
equipamentos no País.

Magri admite acordo com Centrão
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Sindicato dos
•Eletricitários de São Paulo, António
Rogério Magri, afirmou ontem, de-
pois de se reunir com o Centrão pa-
ra discutir a estabilidade no empre-
go que, "se não houver possibilida-
de de acordo, e a expectativa for de
se chegar a um buraco negro na ela-
boração da Constituição, os sindica-
listas aceitam a proposta do Cen-
trão, que prevê, no corpo permanen-
te do texto, o princípio da indeniza-
ção, para negociar, depois, outras
vantagens que o trabalhador possa
obter". A declaração de Magri soou
como bomba entre os parlamenta-
res de esquerda e os presidentes da
CGT, Joaquim dos Santos Andrade,
e da CUT, Jair Meneguelli, que fize-
ram questão de anunciar não acei-
tarem acordo com indenização.

As afirmações foram feitas após
outra rodada de negociação sobre o
tema, com a realização de três reu-
niões distintas. A primeira foi entre
Luiz António Medeiros, presidente
do Sindicato dos Metalúrgicos de
São Paulo," Joaquinzão", da CGT, e
membros do Centrão, Centrinho e
Grupo dos 32. À segunda estiveram
presentes o presidente da CUT e
parlamentares do Centrão, PTD,
PCB e PC do B, além de "Joaquin-
zão". Paralelamente a esta, os sindi-
calistas voltaram a se reunir, quan-
do Magri anunciou aceitar a posição
do Centrão, caso hão houvesse acor-
do, nos seguintes termos: indeniza-
ção, no texto principal, e, nas dispo-
sições transitórias, multa de 50% so-
bre o FGTS, adicionada a uma inde-

nização progressiva, a partir da vi-
gência da Constituição. "É melhor
garantir isto do que nada", desaba-
fou ele.

Magri e Medeiros deixaram o
encontro, afirmando que grandes
reuniões com todos os grupos não
têm surtido efeito, e que a partir de
agora vão negociar separadamente.
Magri, por sua vez, acentuou que a
negociação principal tem de ser
com o Centrão, que tem a maioria.
A posição dos dois sindicalistas foi
considerada "equivocada" por Me-
neguelli, "Joaquinzão" e pelos par-
tidos de esquerda. A posição anun-
ciada por Magri resultou de uma
reunião, na noite anterior, entre ele
e Medeiros com alguns membros do
Centrão, como o deputado Aíif Do-
mingos.

Para Roberto Cardoso Alves
(PMDB-SP), um dos líderes do Cen-
trão, o acordo será muito difícil,
apesar dos esforços de ambas as
partes. "Nós não podemos abrir
mão da indenização no corpo do
texto da Constituição por questão
de princípio. Eles querem a estabili-
dade sem fazer nenhuma referência
à indenização e, por isso, as posi-
ções são distantes, não se vislum-
brando nenhuma possibilidade de
acordo, o que levará a decisão para
o voto", declarou ele.

O deputado Afif Domingos, por
sua vez, sublinhou a existência de
líderes sindicais apoiando a posição
do Centrão, enquanto outros não
querem negociar, e afirmou ser esta
a diferença básica entre Medeiros e
"Joaquinzão": "É que o Medeiros
tem certeza de que quem vai co-

mandar a votação será o Centrão, e
os demais querem radicalizar para
marcar posição política".

A reunião entre o Centrão e os
sindicalistas foi tensa, mas sem
agressões verbais. "Joaquinzão"
permaneceu calado o tempo todo,
só se pronunciando quando, ao final
do encontro, foi questionado. E
anunciou que, já que o Centrão não
abria mão da indenização, ele tam-
bém firmava posição em relação à
estabilidade. Na reunião com a es-
querda, Luiz Roberto Ponte, do
Centrão, tentou negociar uma alte-
ração na emenda do líder do PT,
Luiz Inácio Lula da Silva, que pro-
põe a garantia do direito do traba-
lho mediante relação de emprego j
estável, ressalvados ocorrência de
falta grave, contrato a termo, super-
veniência de fato económico in-
transponível, técnico ou de infortú-
nio da empresa, sujeito à comprova-
ção judicial, sob pena de reintegra-
ção ou indenização, a critério do
empregado. Ponte desejava alterar
a proposta para que este tipo de
demissão ficasse a critério do em-
pregador e não do empregado, como
quer Lula.

Paulo Paim, da PT, contra-
argumentou que não aceitava esta
proposta e que o melhor seria tentar
uma fusão de emendas, a serem se-
lecionadas, desde que fosse assegu-
rada a estabilidade no emprego. Se-
gundo ele, não só o PT, mas a lide-
rança do PMDB, parte do grupo dos
32, a CGT, os partidos de esquerda e
o Centrinho não aceitam a indeniza-

ção. Hoje será feita a quarta rodada
de negociação, a partir das 15 horas.

O U.M. i/í n líder anunci a

mei mpopmares
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O senador Saldanha Derzi
(PMDB-MS), garantiu que o presi-
dente José Sarney está disposto a
aplicar medidas impopulares "mas
necessárias", mesmo sabendo que
haverá reflexos eleitorais negativos,
ao fazer seu primeiro pronuncia-
mento como líder do governo no Se-
nado. Muito aparteado pelos sena-
dores presentes, Derzi disse que o
próprio governo admite ter cometi-
do erros, a maioria de boa-fé ou por
equívocos de informação de sua
equipe. E queixou-se da imprensa,
sustentando que no País prospera
uma campanha "insidiosa" que
apenas divulga dados negativos,
sem jamais apontar os acertos do
governo.

Um dos aparteantes do novo lí-
der foi o senador Fernando Henri-
que Cardoso (PMDB-SP), que exer-
ce a liderança do PMDB. Sua fun-
ção, como explicou, não se confun-
de com a de lider governista, cuja
missão é a de explicar ao Senado o
que o governo pretende e de que o
País necessita. Acrescentou que, no
momento em que o líder consegue
isso, ele obtém apoio. "O apoio ao
governo, numa democracia, nunca é
automático, principalmente quan-
do o partido é, como o PMDB, uma
frente bastante diferenciada", dis-
se. Em sua intervenção, Cardoso de-
clarou que nunca foi líder do gover-
no porque jamais recebeu esse tipo
de delegação.

Saldanha Derzi afirmou que o
governo está disposto a enfrentar os
grandes desafios do País "na certe-

za de que venceremos e seremos cpazes, como Nação, de construi
nosso futuro". Boa parte do discurso referiu-se ao combate à inflação

aos demais problemas da atualidade, citando especialmente os seguintes pontos: o presidente Sarne

vai cumprir à risca o orçamento da
União; haverá rigorosa contenção
dos gastos públicos; o déficit públi-

co será reduzido; o governo pretende acabar com os desperdícios e

benesses; combate sem piedade a
focos de corrupção.
O senador por Mato Grosso do
Sul garantiu que as medidas que
governo vai adotar serão corajosa
mas imprescindíveis, desde que
País queira vencer a crise. Admitiu
que a superação da crise é difícil
pediu, por isso, a contribuição de
todos os brasileiros, especialment

para derrotar a inflação. Mesmo advertindo que medidas duras serã
adotadas, Derzi admitiu que o "arsenal" do governo é precário para

formação de "expectativas cor-
reias".

O novo líder condenou a falta

de colaboração ao governo, assinalando que particularmente a im-
prensa não tem dado o devido destaque às realizações públicas. E

queixou-se a propósito afirmando
"Até aqui não se tem notado no
País uma contribuição construtiva

para vencer a inflação, com a divulgação e análise dos índices de preços. Ao contrário, o que aparece
com frequência nos jornais é a descrição de um cenário catastrófico e

pessimista, que em nada contribu

para a solução dos problemas nacionais".

•loio de Jânio aos 5

anos rende 12 milhões
A defesa intransigente do man-
dato de cinco anos para o presiden-
te José Sarney deve render hoje ao
prefeito Jânio Quadros um emprés-
timo do governo federal de 12 bi-
lhões de cruzados. O dinheiro será
destinado a obras de reurbanização
do vale do Anhangabaú, construção
do túnel que liga o Ibirapuera ao
Morumbi e, outros projetos de me-
nor porte. Às 14h30, Jânio receberá
na Prefeitura o ministro Prisco Via-
na, da Habitação e Desenvolvimen-
to Urbano. O encontro só não se
realizará se houver algum imprevis-
to ou se uma das partes transferir a
data.

Ontem, Jânio rebateu as críti-
cas do vereador Marcos Mendonça
(PMDB) de que esteja recebendo
verbas do governo federal em troca
do apoio ao prolongamento do man-
dato do presidente da República.
"Eu apenas diria a esse debilóide
que sou amigo de Sarney desde
1960, quando eu era presidente da
República e ele deputado pelo Ma-
ranhão", disse o prefeito. Em segui-
da, acrescentou: "Se puder, peço o
Tesouro todo e trago para São Pau-
lo". E explicou que os empréstimos
não são concedidos a ele, mas à ci-
dade de São Paulo.

Embora o principal assunto a
ser tratado seja administrativo, o
encontro de hoje do prefeito com o
ministro da Habitação terá caráter
essencialmente político. Prisco Via-
na é um dos mais eficientes articu-
ladores políticos de Sarney, forman-
do com o ministro das Comunica-

ções, António Carlos Magalhães, a

accioni

acusa Amaral

de sabotagem
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Ele sabotou a reunião. A harmo-
nia da bancada foi rompida pelas es-
tranhas atitudes de Amaral Neto."
Este foi o desabafo do deputado Vic-
tor Faccioiii (PDS-RS), depois que
viu malogrados seus esforços de reu-
nir a bancada federal do PDS para
desdobrar a liderança na Assembleia
Naciorjal Constituinte e na Câmara
dos Deputados, exercida simultanea-
mente pelo deputado Amaral Neto
(RJ).
Anteontem à tarde, ante a apre-
sentação de requerimento de convo-
cação de reunião da bancada assinado
por 21 de seus integrantes, o líder
Amaral Neto, por meio de seu amigo-
Jorge Arbage (PA), entregou à Mesa
da Câmara sua indicação para a lide-
rança, com apoio de 28 deputados.
Segundo comentou Arbage,
"Amaral não tem mais per que se
submeter à escolha da bancada pois
26 dos 32 membros assinaram sua in-

dicação. É fato consumado".
Faccioni, indignado, protesta: "O
Amaral desconheceu requerimento
da maioria, evitando a realização de
reunião e a votação sobre o desdobra-
mento da liderança. Ontem à tarde,
ele encaminhou à Mesa requerimen-
to de sua recondução, assinado por 26
deputados que o apoiaram porque
não sabiam que haveria outro candi-
dato, Desses, 21, portanto a maioria,
subscreveram o segundo requeri-
mento, propondo o desdobramento
das duas lideranças que não foi vota-
do. Eie sabotou a reunião".

O presidente do partido, senador
Jarbas Passarinho (PA), não discute
a permanência de Amaral Neto como
líder do partido na Constituinte. "Ele
foi escolhido, retirá-lo, agora, seria
uma deposição", afirma, admitindo,
porém, que o deputado possa ser
substituído: "A tendência é aparecer
outro documento, indicando o Fac-
cioni".

Amaral Neto, aparentemente,
não teme ser destituído: "É claro que
se 17 deputados me destituírem, é
claro, isto vale".
O certo é que somente compare-
ceram à reunião dez deputados o que,
pelo menos por enquanto, constitui
garantia de segurança para manuten-
ção do atual líder.

dupla que detém atualmente o
maior poder de decisão no governo
Os dois têm meios de atender ao

principais pedidos dos governadores e prefeitos. António Carlos deci-

de para quem vão os canais de rád

e televisão e Prisco Viana dá a palavra final nos processos reivindican-
do empréstimos da Caixa Económica Federal.
O pedido de empréstimo de 1

bilhões de cruzados à Caixa Económica Federal depende também do

vereadores paulistanos. No dia 2
Jânio solicitou ao Legislativo muni-
cipal a autorização para contrair o
empréstimo. O projeto foi lido em
plenário, mas não foi votado porque
está em tramitação pelas comissõe
técnicas. Se não for votado em 4
dias ou em dez sessões, poderá s
aprovado por decurso de prazo.
O prefeito informou ontem que
deverá encontrar-se com Sarney
em Brasília, na quarta ou qúinta-
feira. Antes, quer conversar com o

governador Orestes Quércia. O objetivo da reunião com o presidente

não foi revelado. Jânio disse apena
que não irá tratar da concessão d

recursos para as obras já em execção. Nos últimos dois meses, ele assumiu a vanguarda da campanh

dos cinco anos para Sarney, com
entrevistas e até um manifesto à

Nação. Coincidentemente, nesse período é que foram intensificadas as

denúncias de que o governo federa
beneficia apenas os governadores
prefeitos que defendem a tese do

cincos anos de mandato para o presidente. • •

PFL estuda

rompimento

com Sarney
BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO ,,..

O PFL está estudando a possibilidade de realizar convenção na-

cional extraordinária para decidir,

entre outras questões, o rompimento com o governo do presidente Sarney, logo após a votação em primei-

ro turno do projeto da nova Consti-

tuição, que poderá ocorrer até junho. A informação é do presidente

nacional do partido, senador Marco
Maciel (PE), que vem conversando
sobre o assunto com o ministro Au-
reliano Chaves, das Minas e Ener-

gia. O senador pernambucano acredita que decorrerão dois ou três. meses entre a votação em primeiro e

em segundo turnos. Por isso "mes-
mo, pensa na possibilidade de a
convenção do partido ser realizada
após a votação em primeiro turno,

sem aguardar a promulgação da nova Carta.
Marco Maciel confessou-se
preocupado com as interrupções do
carnaval e da Semana Santa: Se
por um lado, o senador admite que a
demora na conclusão dos trabalhos
da Constituinte deverá favorecer a
tese dos quatro anos para Sarney
por outro, ele receia nova onda de
críticas, por parte da opinião públi-
ca, à morosidade dos trabalhos. O
presidente do PFL continua acredi-

tando que, a cada dia, cresce a tendência da Constituinte em favor dos
quatro anos e que o agravamento
da crise poderá torná-la "inevi-
tável".

Marco Maciel mostrou-se reti-
cente quando lhe perguntaram se
ainda esperava que o empresário
paulista António Ermírio de Morais

concordasse em se candidatar à sucessão do presidente Sarney. Indagado se o empresário poderia cede

em caso de forte pressão social, Ma-
ciel respondeu: "Acho que sim". Em
sua opinião, se houver eleições este
ano, o candidato do PMDB "será
Ulysses Guimarães, mas, em 1989, o
quadro deverá ser outro no partido
majoritário. Disse também que, se o
PMDB lançar Ulysses, dificilmente
António Ermírio disputará as elei-

ções, pelo fato de ambos serem paulistas.